

Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin:

Significado e Atualidade do “Que Fazer?”

Marcelo Braz

Como citar: BRAZ, M. Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “Que Fazer?”. In : DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin** : teoria e prática revolucionária. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.57-81. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-680-0.p57-81>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

LUTAS DE CLASSES, LUTA REVOLUCIONÁRIA E PARTIDO EM LENIN: SIGNIFICADO E ATUALIDADE DO “*QUE FAZER?*”¹

Marcelo Braz

O caráter prático-político que constitui *um* dos traços do pensamento lenineano encontra na obra *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento* sua melhor expressão, o que *não reduz* o revolucionário russo a um teórico da prática política. De sua vasta obra, que abrange as problemáticas mais diversas – política, economia, filosofia, história, cultura –, comparece em *Que Fazer?* uma *riqueza categorial* possível àqueles que, como poucos, dominavam amplamente o que havia disponível da teoria social de Marx², dos teóricos marxistas russos e europeus ocidentais e do pensamento social de sua época.

¹ Este ensaio foi publicado inicialmente como “Apresentação” a *Que Fazer?*, LENIN, V. I. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Para a atual publicação fiz uma revisão do texto que mantém sua estrutura essencial.

² Como se sabe, parte importante da obra de Marx e de Engels tornou-se conhecida após a morte de Lenin em 1924. Destacadamente: *Os manuscritos econômico-filosóficos de 1844* (obra também conhecida por *Manuscritos econômico-filosóficos de Paris*) e *A ideologia alemã* (com Engels), vieram à público somente em 1932. Deve-se lembrar que, quando Lenin preparava o *Que Fazer?*, entre 1901 e 1902, ainda não se conhecia o Livro IV d’*O capital*, que só veio à luz entre 1905 e 1910 sob os cuidados de Karl Kautsky. Os importantes e decisivos *Gründrisse* (“Elementos fundamentais para a crítica da Economia Política. Rascunhos. 1857-1858”), cuja “Introdução” tem enorme destaque na estrutura teórico-metodológica da teoria social marxiana, só foram integralmente publicizados entre 1939 e 1941. No entanto, já se conhecia o que se consagra como a estrutura essencial da obra máxima de Marx: desde a edição e publicação por Engels do Livro III em 1894, estavam disponíveis todos os volumes que compõem os três livros d’*O Capital*. O Livro IV, que ganhou edição mais cuidada somente nos anos de 1950, tornou-se mais conhecido como *As teorias da mais-valia*, tratado como obra autônoma pela maior parte das publicações disponíveis.

O LUGAR DE LENIN NO MOVIMENTO SOCIALISTA E COMUNISTA MUNDIAL

Lenin (1870-1924) está entre os clássicos da tradição marxista, pela importância teórica de suas ideias e pelo destaque que logrou no âmbito do movimento socialista internacional. O pensamento de Lenin assinala uma corrente própria no marxismo, como um movimento teórico-político constitutivo de um verdadeiro *leninismo*. Como herdeiro de uma tradição teórico-política privilegiada e tendo vivenciado intensamente como protagonista um momento histórico riquíssimo, pôde não só atualizar as ideias de Marx e Engels, mas também dar continuidade a elas introduzindo análises inovadoras sobre questões antes inéditas ou não plenamente desenvolvidas, postas pelo desenvolvimento capitalista em seu estágio monopólico e imperialista. Renovou teoricamente o debate sobre a revolução – e, nela, a questão da organização política do proletariado, a sua relação com o Estado –, acentuando a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado.

Foi o dirigente máximo da Revolução Russa de 1917, bem como de sua afirmação nos anos posteriores de guerra civil. A criação da *Internacional Comunista* em 1919 sob suas orientações e, a partir dela, a criação dos partidos comunistas, foram fatores fundamentais para toda a história das lutas do movimento operário mundial – história que, seguramente, a partir de Lenin, modifica-se substantivamente, tanto no plano teórico, quanto no prático-político. Pode-se dizer que Lenin avançou e aperfeiçoou o comunismo moderno, adicionando a ele uma concepção de instrumento (partido) *para viabilizar a fase de transição para a sociedade comunista*.

Como ativo militante e dirigente revolucionário russo, Lenin foi muito mais do que um agitador político. Tinha conhecimento profundo da crítica da economia política marxiana, já demonstrada em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899. Seu domínio da obra de Marx e de Engels (dos materiais até então disponíveis), fica evidente nos escritos sobre a teoria de Marx³ onde encontramos a análise sobre as bases do pensamento marxiano, identificadas por ele nas ideias da filosofia clássica alemã (Hegel), nas perspectivas teórico-políticas do socialismo utópico

³ “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”, In: LENIN, V. I. *Três fontes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

francês (Saint-Simon e Fourier, além do inglês Owen) e, marcadamente, da economia política clássica inglesa, sobremaneira de Smith e Ricardo.

Com o *caráter radicalmente teórico-prático do seu pensamento* – mais que qualquer outro pensador marxista –, Lenin colocou suas ideias a serviço da revolução. Mais que isso: extraiu da realidade, como poucos, os elementos revolucionários da sua teoria. Formulações clássicas, como a que identifica o marxismo como “análise concreta de situações concretas” ou a que conecta a prática política à produção de conhecimentos – “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário” – são expressões do pensamento crítico-dialético lenineano. Segundo Florestan Fernandes⁴, Lenin “converte o marxismo em processo revolucionário real” (FERNANDES, 1978, p. xi). A profunda articulação de suas ideias às necessidades concretas da práxis política revolucionária, entre as quais situavam-se aquelas vinculadas ao plano imediato da luta política, marcou muitos de seus escritos especialmente aqueles em que Lenin apresentava questões de natureza programática ou aquelas em que combatia todo tipo de tendências, desde as abertamente contrarrevolucionárias, até o chamado esquerdismo, passando pelo reformismo ou pelas posições pequeno-burguesas.

Assim é que a forma de exposição de seus trabalhos aparece muitas vezes como pequenas incursões teórico-políticas voltadas diretamente às massas ou a outros dirigentes e teóricos: cartas, notas, correspondências, comunicados políticos, pronunciamentos, discursos etc. Em muitos deles, vemos um estilo irônico e mordaz que impressiona pela crueza com que Lenin expõe suas ideias. Essa característica aparece no conjunto de sua obra, mas sobremaneira nos textos dirigidos ao embate político-ideológico.

É preciso atentar para o contexto com que Lenin se defrontava – que envolveu todo o processo político pré e pós-Revolução de 1905; o processo revolucionário que culminou em fevereiro e no outubro/novembro de 1917 na Rússia; o período imediatamente posterior quando se abre uma longa guerra civil com forte presença de forças contrarrevolucionárias, o cenário externo com a Primeira Guerra Mundial –, que o fazia vincular, a

⁴No seu texto de “Apresentação” a *Que Fazer?* (São Paulo: Hucitec, 1978), oportunamente republicado no anexo à nova edição (que apresenta uma nova tradução) do livro de Lenin, publicada em 2010 - *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

todo tempo, suas análises teóricas e suas intervenções como dirigente revolucionário às cambiantes necessidades políticas.

A obra de Lenin compreende uma vasta produção teórica que abrange os diversos momentos da luta política revolucionária frente às metamorfoses do desenvolvimento capitalista. Há um conjunto de textos explicitamente políticos que estão relacionados aos diversos momentos da época histórica de lutas que viveu: a luta contra os populistas reacionários, contra os reformistas de todo tipo, os socialistas moderados, os radicalismos pequeno-burgueses, os estratos camponeses mais conservadores, os terroristas, oportunistas, obreiristas, anarquistas etc. Nos períodos imediatamente pré e pós-revolução de 1905 e de 1917 é que encontramos esses escritos, que têm enorme validade e demonstram o seu espírito prático-político, suas preocupações com questões imediatamente práticas da luta revolucionária, como assinalado acima.⁵

O teórico revolucionário russo publicou inúmeros textos, articulando incansavelmente suas atividades teóricas às tarefas práticas até o fim de sua vida, em 1924. Dentre eles, destacam-se: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, de 1899; *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, de 1901-1902; *Um passo a frente, dois passos atrás (a crise no nosso partido)*, de 1903; *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, de 1905; *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916-1917; *Teses de abril, sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*, de 1917; *O estado e a revolução. A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Escrito ainda em 1917, entre agosto e setembro, portanto no calor da revolução, publicado em 1918; *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, de 1918; *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*, de 1920.

Já no início da década de 1900 (especialmente após as experiências de 1905-1907), Lenin passou a ser considerado como uma das referências do movimento revolucionário na Rússia, tornando-se também conhecido no âmbito do movimento socialista europeu. Acumulava uma década de lutas e experiências políticas contra o regime autocrático dos

⁵ De que são exemplos textos como “As tarefas imediatas do poder soviético”, “Sobre a fome (Carta aos operários de Petrogrado)”, dentre outros artigos e discursos (LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. t. 2).

czares. As suas contribuições teórico-políticas já se destacavam no âmbito da *Segunda Internacional*, tornando-o um dos seus principais teóricos, mesmo considerando a densidade do movimento operário europeu. Além de grande dirigente e formulador teórico, fora grande organizador editorial: recorde-se a relevância que teve o *Iskra* (jornal operário da Rússia) e a *Zária* (revista científica).

O PERMANENTE EXÍLIO⁶ DE LENIN E O “LUGAR” DE *QUE FAZER?*

Afinal, Lenin (e, *nisso*, ele ocupa posto rigorosamente similar ao de Marx) raramente é tomado por seus leitores na integridade original da sua obra [...] A sua leitura é mediada por *leituras* – um largo acúmulo de exegeses, análises, interpretações, reinterpretações e mistificações onde [...] há sabores para todos os paladares. (NETTO, 1987).⁷

Ainda que vários estudiosos da tradição marxista e das ciências sociais considerem *Que Fazer?* uma das principais obras de Lenin, seu espírito essencialmente prático-político a relega à condição de obra de menor peso teórico, voltada para polêmicas políticas datadas historicamente, cujos conteúdos remontam ao quadro político e social da Rússia do início do século XX. Isso se deve a duas razões inteiramente diversas (e opostas), mas que serviram ao mesmo objetivo: secundá-la no conjunto da tradição marxista e, mais ainda, renegá-la como teoria no conjunto do pensamento social moderno.

A primeira razão se encontra na “canonização” de Lenin, do partido por ele idealizado e, por conseguinte, de sua obra. O marxismo-leninismo, tornado o marxismo oficial de Stalin, tratou de ossificar as teorias de Lenin, especialmente aquelas voltadas para a prática política. Se obras como *Imperialismo – fase superior do capitalismo* e *O estado e a revolução* conseguiram escapar à canonização e à ossificação, mantendo assim credibilidade teórica no âmbito da diferenciada tradição marxista, uma vez que consideradas obras essenciais no interior do movimento teórico marxista, o

⁶Tomei emprestada essa oportuna expressão do professor Ronaldo do Livramento Coutinho que a vem utilizando em suas inúmeras intervenções políticas e acadêmicas.

⁷NETTO, J. P. *Lenin e a instrumentalidade do Estado*, “Apresentação” para a edição brasileira de *O Estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.

mesmo não se pode dizer de *Que Fazer?*. Esta foi exilada no âmbito do que Perry Anderson denominou de “marxismo ocidental” que se dedicava aos problemas de natureza teórico-filosófica, segregados pelo marxismo oficial. Entre as poucas exceções, destaque-se Lukács e, mais à frente, Togliatti⁸, que sempre articulavam seus estudos à luta política, mesmo quando eles não eram o foco central das suas preocupações, como no caso das problemáticas da *estética* e da *ontologia* lukacsianas.

Uma segunda razão promoveu um segundo exílio a *Que Fazer?*. Ela se explica pelo absoluto desprezo e repúdio que o livro (e, como de resto, o conjunto da obra de Lenin) obteve (e continua obtendo) dos meios acadêmicos⁹. O repúdio foi se estruturando ao longo do século XX e por motivos claramente ideológicos. Num *primeiro momento* da construção desse exílio, o conservadorismo acadêmico se incumbiu de neutralizar qualquer possibilidade de incorporação das ideias de Lenin já desde o pós-

⁸ É bastante conhecida a “autocrítica” (as *Teses de Blum*, apresentadas ao II Congresso do Partido Comunista Húngaro) que Lukács elaborou – que saiu como *Declaração de Blum* (1929) – para não ser expurgado do partido. Sobre a autocrítica escreveu, quase cinco décadas depois: “A verdade é que eu estava completamente convencido do acerto da minha proposta, mas também sabia – por exemplo, observando o destino de Karl Korsch – que, naquela época, ser expulso do Partido significava a impossibilidade de intervir ativamente na luta contra o fascismo emergente. Redigi aquela autocrítica como ‘bilhete de entrada’ na militância antifascista” (LUKÁCS, 1992, p. 15-16 in NETTO, J. P. (Org.). *Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática. Grandes Cientistas Sociais, 20). Para além dessa habilidosa autocrítica, o filósofo húngaro – e isso é o mais importante – nunca deixou os problemas políticos de lado e tinha Lenin em alta conta. Vale lembrar que no mesmo período publica *Lenin: a coerência do seu pensamento* (1924) onde identifica o russo como um “operador da dialética”. O opúsculo lukacsiano foi publicado recentemente (*Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, [1924] 2012). Elaborei uma resenha crítica desta obra de Lukács que saiu na revista *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 20, p. 152-156, mar. 2013. De modo diverso pode-se reconhecer no teórico e dirigente do Partido Comunista Italiano – Palmiro Togliatti – o esforço de atualizar as ideias lenineanas. O “partido novo” defendido pelo autor apresenta forte inclinação ao pensamento de Lenin (a questão da vanguarda, a diferenciação entre luta política e luta econômica etc.) e exprime uma tentativa de “ocidentalizar” a teoria do revolucionário russo. Os desdobramentos posteriores do chamado eurocomunismo – reformismo, idealização da democracia burguesa e da própria democracia *per se* como valor universal-abstrato – não tiraram de Togliatti o mérito da tentativa de atualização teórico-política. Para o debate acerca do eurocomunismo, leia-se E. Mandel – (*Crítica do Eurocomunismo*; Lisboa; Antídoto, 1978) – e as aproximações que realizei em meu livro *Partido e revolução. 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. E para conhecer as ideias de Togliatti veja-se *Socialismo e democracia. Escritos escolhidos do período 1944/1964*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980. Para o “pensamento político” de Lukács, recorra-se à oportuna organização de textos feita por J. P. Netto e C. N. Coutinho intitulada *Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

⁹ Conforme asseverou Atilio Boron num ótimo prefácio que preparou para uma reedição argentina de *Que Fazer?*: “Uma das razões [do desprezo pela obra de Lenin] desta infeliz situação reside na incontornável politicidade de toda a obra de Lenin. Pronunciar-se a seu favor ou contra não é uma questão acadêmica, mas antes um ato de vontade política. A consequência foi a constituição de uma polaridade cujos dois extremos são igualmente negativos quando chega o momento de tentar compreender o significado da herança leninista: ou a sua sacralização na União Soviética, transformando ‘uma teoria subversiva num sistema apologetico de uma certa ordem estabelecida; ou então a sua satanização na literatura acadêmica do Ocidente’”. (LIEBMAN apud BORON, A. Atualidade do *Que Fazer?* de Lenine. *Revista Socialismo e Liberdade*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, ago. 2009).

1917; num *segundo momento*, o repúdio foi agravado com a vulgarização stalinista acentuada nos anos de 1930 e 1940; reforçou-se, num *terceiro momento*, no pós Segunda Guerra Mundial quando se deflagrou um verdadeiro terrorismo ideológico contra a “ameaça vermelha” no contexto da nascente Guerra Fria. E, finalmente, tal neutralização ganhou um ingrediente de peso num *quarto momento*¹⁰ quando, nas décadas de 1960 e 1970, parte da intelectualidade da esquerda ocidental e parte dos movimentos sociais (que convergiram no chamado Maio de 1968)¹¹ alimentaram um anticomunismo, aberto ou velado (como se pode constatar no âmbito da ideologia pós-moderna). Contribuiu para isso também o agravamento da crise das experiências socialistas existentes no Leste europeu e na própria União Soviética¹², que se aprofundava à medida que se estreitavam os níveis de socialização da política¹³, tornando os “regimes” refratários a movimentos contrários às direções instituídas. A solução encontrada para o caso da Tchecoslováquia em 1968 (a *Primavera de Praga*) é emblemática neste sentido. Mas, o essencial da rejeição a Lenin não está nesse quadro de problemas atinentes ao movimento comunista mundial.

Não se pode ter dúvidas de que o repúdio e o desprezo acadêmicos a Lenin estavam circunscritos num universo ideo-político que desbordava os muros universitários: suas bases estavam estruturadas numa ver-

¹⁰ Esse *quarto momento* do exílio permanente de Lenin é o mesmo do “terceiro exílio” de Lukács criativamente identificado por José Paulo Netto, para quem o “cariz ontológico incompatibiliza a obra lukácsiana posterior aos meados dos anos de 1930 – e, notavelmente, as derradeiras construções sistemáticas de Lukács, a *Estética* e a *Ontologia...* – com a ambiência cultural contemporânea”. (NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002).

¹¹ Aqui é importante registrar o interesse que parte dessa intelectualidade e segmentos dos movimentos sesentoitista nutriram pelas lutas de libertação nacional (socialistas e/ou nacionalistas) que se intensificavam no chamado Terceiro Mundo. As experiências revolucionárias conduzidas por Mao na China (1949), por Fidel e Che Guevara em Cuba (1959) e por Ho Chi-minh nos anos de 1960-1970 no Vietnã exerceram fascínio na chamada nova esquerda. Mais do que a solidariedade e a simpatia pelas causas terceiromundistas, estava em questão fundamentalmente um antissovietismo, que, no afã de recusar o marxismo-leninismo, ganhava contornos nitidamente antileninistas. Estudei o significado dessa “nova esquerda” para um dos seus expoentes em “O Marcuse de *Contrarrevolução e revolta*: crítica da ‘Nova Esquerda’”. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, 2009. Deve-se ler o próprio Marcuse em *Contrarrevolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

¹² Lembre-se de que as denúncias dos crimes da era stalinista, feitas pelos próprios soviéticos, vieram à tona em 1956, quando da divulgação do *Relatório Krushev* no XX Congresso do PCUS, em 1956. Para uma primeira aproximação aos desdobramentos imediatos a 1956, veja BOFFA, G. *Depois de Kurshev*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Um estudo de suas consequências encontra-se em Braz, M., 2011 (op. cit).

¹³ E não nos enganemos que as razões da crise e de tal *deficit* de democracia política encontram-se mais nas dificuldades econômicas e nas ameaças imperialistas do que na burocratização dos Estados socialistas.

dadeira “cruzada anticomunista”¹⁴ – de espectros variados, mas ancorados em diretrizes (anticomunistas) político-ideológicas, militares e econômico-financeiras – que, evidentemente, tinha seus representantes no mundo acadêmico ocidental (europeu e estadunidense).

Somem-se a essas duas razões *outras duas* mais contemporâneas. Uma primeira diz respeito à falência das experiências socialistas do século XX, largamente conhecidas pela expressão “socialismo real”. A segunda envolve as profundas transformações do modo de produção capitalista engendradas nos últimos 40 anos. Se a primeira significou a (provisória) derrota do projeto societário alternativo ao do capital e, junto a ela, a derrota dos modelos de organização política que lhes eram correspondentes, a segunda assinalou uma profunda alteração das bases objetivas do desenvolvimento capitalista que, ao modificar amplamente seus processos de produção, mudou o perfil da classe trabalhadora e estabeleceu uma enorme dificuldade ao salto da consciência em si para a consciência para si da classe, ou seja, pôs na ordem do dia uma evidente “crise” de identificação do sujeito político revolucionário.

Por meio de processos bastante diferenciados entre si, ambas as razões concorreram para difundir um fenômeno na atualidade: uma verdadeira crise de organização política absorveu a totalidade das forças sociais do trabalho. E sua expressão mais acabada está na crise da “forma partido”. Uma breve digressão acerca desses problemas se faz necessária.

A experiência do “socialismo real” deixou o legado que até hoje repercute no movimento revolucionário: nos partidos ligados ao campo da esquerda, nos diversos organismos políticos das classes trabalhadoras e no conjunto das lutas de classes nos países capitalistas. O saldo de sua trajetória, entre vitórias e derrotas, pode ser localizado no próprio “breve século XX”. Cerca de 1/5 da humanidade viveu, durante boa parte daquele

¹⁴ A expressão é de um insuspeito professor universitário e jornalista norte-americano, Michael Parenti (autor de *A cruzada anticomunista*), que publicou um relevante trabalho para se entender o fenômeno anticomunista. Seu campo de pesquisa permite revelar as ações de governo e do Parlamento para estabelecer a cruzada que foi, em solo estadunidense, muito além do macarthismo e da própria guerra fria, antecedendo-os em larga medida e desdobrando-se em política central que guiou das ações dos EUA. É indissfarçável a declaração de Truman em plena guerra: “Se verificarmos que a Alemanha está ganhando a guerra devemos ajudar a Rússia; e se a Rússia estiver vencendo, devemos ajudar a Alemanha, e deixar que eles matem o maior número possível, embora eu não queira que Hitler seja vitorioso de forma alguma”. (apud PARENTI, M. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 118).

século, sob outra forma de organização econômica e política, sob outro modelo de participação na riqueza socialmente produzida. Fez progredir os níveis sociais de vida de centenas de milhões de pessoas no mundo socialista, condicionando inclusive as condições de vida no mundo capitalista que se via, entre suas próprias crises cíclicas, permanentemente ameaçado pelo “perigo vermelho”.

Deve-se à classe trabalhadora da União Soviética a vitória final e decisiva sobre as forças mais retrógradas do capitalismo: através do Exército Vermelho, mais de 20 milhões de russos morreram lutando contra o exército nazista até derrotá-lo. A existência da União Soviética, de sua força como segunda potência mundial do pós Segunda Guerra, foi certamente o aspecto determinante para limitar o avanço das formas mais perversas de vida nos países capitalistas, servindo inclusive para fazer avançar a democracia nos Estados capitalistas como forma de contraponto societário ao socialismo. Portanto, tal experiência edificada sob o sacrifício das classes trabalhadoras dos países socialistas, forçadas a níveis extremos de trabalho – como durante a fase da chamada *economia de guerra* na URSS (1917-1921); da *NEP* (1921-28); dos *Planos Quinquenais*; da coletivização forçada da década de 1930, premidas pela linha dura das políticas stalinistas –, essa conjunção de esforços de toda uma geração que envolveu, ainda, diversos países que ingressaram no “modelo” do “socialismo real”, principalmente após o triunfo do Exército Vermelho sobre as forças nazistas na Segunda Guerra Mundial, se custou caro aos que viveram diretamente as suas lutas, deixou enormes conquistas para os trabalhadores de todo o mundo. Se não se viveu plenamente a famosa expressão do *Manifesto do Partido Comunista* – “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” –, espalharam-se por toda a humanidade as conquistas objetivas do movimento revolucionário e, mais do que isso, semeou-se entre os trabalhadores os melhores sentimentos humanos: a fraterna busca da igualdade entre os homens e a convicta luta pela emancipação humana.

Se a falência dessas experiências socialistas não permite dizer que o próprio socialismo como alternativa societária se exauriu, ela deixou um legado denso, carregado de equívocos os mais diversos que, se somados à avalanche ideológica que a burguesia fez desabar sobre o mundo a partir dos anos de 1990 com a queda do “Muro de Berlim” e o fim da URSS, formam

um quadro sócio-histórico extremamente adverso para a afirmação de um projeto alternativo de sociedade. Mais ainda, diante desse quadro, a própria tarefa de refundação de um projeto socialista tornou-se extremamente dificultada *nos dias atuais*. Além dos resultados da luta ideológica penderem fortemente para o mundo burguês e para todos os traços que o peculiarizam – o individualismo, a competitividade, a alienação, a aversão às formas coletivas (livres e autônomas) de organização dos homens e uma despolitização colada a ela, a plena mercantilização das relações sociais etc. –, vive-se uma vaga histórica ela mesma pouco propícia (mas urgente!) para se reconstruir uma projeção societária assentada em valores radicalmente antagônicos aos burgueses. O ser concreto do trabalho encontra-se intensamente fragmentado, favorecendo todo tipo de saídas individuais e corporativistas. As próprias formas de reprodução social do trabalho se acham profundamente precarizadas pelas modalidades contemporâneas da produção capitalista¹⁵ que engendram numa ponta o desemprego estrutural, e noutra o aviltamento salarial e as formas de trabalho desprovidas de qualquer proteção social.

Nesse ambiente terrível para o proletariado, mas paradisíaco para o capital – é o seu próprio mundo (de barbárie) – a luta política maior se esvai em lutas fragmentadas que até mesmo no campo econômico tem sido, predominantemente, defensiva, se pensarmos na situação do sindicalismo atual, no qual crescem os sindicatos parceiros do capital. As lutas sociais contemporâneas vêm assumindo um caráter cada vez mais *particularista* em detrimento de seus conteúdos universais. E tal quadro se agrava, e é estimulado, por correntes do pensamento social contemporâneo que veem nelas (nas lutas particularistas) a saída no interior da própria ordem burguesa.

Pensadores de esquerda as enfatizam não como bases sociais através das quais podem ser articulados movimentos de natureza classista, tampouco veem na classe operária o papel principal¹⁶. Eles as tomam como *um fim*

¹⁵ Estruturadas na tríade: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização (ver o cap. 9 de *Economia política*: uma introdução crítica, de NETTO; BRAZ, 2013).

¹⁶ É o que se deduz, por exemplo, do português Boaventura S. Santos: “Por minha parte, penso que a primazia explicativa das classes é muito mais defensável que a primazia transformadora. Quanto a esta última, a prova histórica parece ser por demais concludente quanto à sua indefensibilidade. Dando de barato que é fácil definir e delimitar a classe operária, é muito duvidoso que ela tenha interesse no tipo de transformação socialista que lhe foi atribuído pelo marxismo e, mesmo admitindo que tenha esse interesse, é ainda mais duvidoso que ele tenha capacidade para o concretizar. Essa verificação, que *parece hoje indiscutível*, tem levado muitos a concluir pela *impossibilidade ou pela indesejabilidade de uma alternativa socialista*” (SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41, itálicos meus).

*em si mesmo*¹⁷, como o possível diante da força do capital. Esse *conformismo possibilista* tem dado o tom no debate contemporâneo, fazendo coro com a ideologia pós-moderna do fim das verdades, da impossibilidade de uma teoria totalizante, da suposta prevalência do molecular e do fragmento. Essa *dissolução analítica* da possibilidade de um projeto global de superação da ordem dissolve igualmente, mas também no plano analítico, a disposição política e teórica para se reconstruir organizações políticas revolucionárias como o *partido*. Ainda que essa reconstrução não dependa apenas da reunião de fatores subjetivos favoráveis – pois que depende decisivamente de condições objetivas mais propícias –, ela tampouco pode ser levada adiante sem a força das melhores e mais qualificadas vontades humanas.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, frente às condições políticas adversas anteriormente apontadas, tornou-se mais complexo e difícil – mas imperioso – o desenvolvimento de um projeto socialista – supondo todos os seus componentes indispensáveis¹⁸: combate permanente da propriedade privada dos meios de produção fundamentais; unidade das forças políticas de esquerda; propaganda e formação políticas voltadas para o desenvolvimento da consciência de classe; internacionalismo proletário que envolva as mediações dos aspectos nacionais das lutas de classes; e, como instrumento que reúna todos esses elementos e que dirija o processo revolucionário, uma organização política revolucionária sob a forma de *partido político*.

Ou seja, tornou-se extremamente problemática a consolidação de tal projeto sem que os seus principais pressupostos sejam submetidos ao crivo da realidade social, às exigências que as necessidades sociais concretas das classes põem na abertura do século XXI. Isso implica que, se os conteúdos das lutas de classes incorporaram novas mediações e novas demandas sociais, a sua forma não pode ser uma mera reposição (e repetição) dos meios políticos que correspondiam às requisições de uma outra época. Em poucas palavras: as formas de lutas para se afirmar um projeto socialista devem se ajustar aos conteúdos atuais das lutas de classes. E as formas e os

¹⁷ Mais uma vez o mesmo pensador pós-moderno nos fornece a melhor ilustração teórica: “Mas, enquanto futuro, o socialismo não será mais do que uma qualidade ausente. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, *nunca se transformar em algo existente*. [...] Nessas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, *sem fim definido*” (Idem, p. 277, itálicos meus). Diante de tais afirmações torna-se quase impossível não lembrar da célebre frase do velho reformismo de Bernstein para quem: “O movimento é tudo e o objetivo final [o socialismo] não significa nada”.

¹⁸ Classicamente anunciados no *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e de Engels, em 1848.

princípios (os componentes do projeto socialista acima arrolados), consagrados historicamente como revolucionários, só têm validade se ajustados, num processo de mediação que pressupõe a reflexão teórico-sistemática, ao perfil das lutas de classes contemporâneas.

Tal “ajuste” (que é na verdade a *adequação entre princípio e realidade*) requer uma *renovação teórica* que procure realizar uma articulação entre as fontes clássicas da tradição marxista e as contribuições da tradição teórico-política que delas se derivaram e a elas se associaram no curso da trajetória do movimento socialista e comunista; essa articulação deve se dar em função e a partir dos enormes desafios postos pela contemporaneidade das lutas de classes, expostos de maneira panorâmica linhas atrás. O desafio consiste, portanto, numa dupla tarefa: continuar a renovação e a atualização das análises marxianas e marxistas clássicas e, o que é mais difícil, transformar a armadura teórico-crítica edificada em *força material real enraizada nas massas*.

A conjugação dessa dupla tarefa é magistral em *Que Fazer?*, o que faz de Lenin, nesse aspecto, o maior dos marxistas. O arguto sentido prático-político do pensamento de Lenin fez com que os seus adversários (e também alguns de seus admiradores) tentassem reduzir a sua figura à de um político sagaz, limitado à *realpolitik*, e seu pensamento a modalidades estreitas que, ao esclerosarem conceitos e teses políticas, acabam por serem mesmo posições pouco ou nada relacionadas ao legado de Lenin (BRAZ, 2011, nota 7). Como conclui Lukács,

Lenin deve ser estudado pelos comunistas tal como Marx foi estudado por Lenin. Para aprender a operar o método dialético. Para aprender a encontrar o geral no particular por meio da análise concreta da situação concreta; a encontrar, no novo momento de uma situação, aquilo que o liga ao processo anterior e, nas leis gerais do processo histórico, o elemento novo que nunca cessa de surgir; a encontrar a parte no todo e o todo na parte [...] (LUKÁCS, 2012, p. 101).

QUE FAZER? – ESTRUTURA, OBJETIVOS E ASPECTOS CENTRAIS

Diante da realidade contemporânea brevemente esboçada linhas acima, podemos afirmar com toda a segurança: a crise de organização política exige uma recuperação crítica urgente do legado de Lenin, especialmente

de *Que fazer?*, sua mais acabada obra voltada para os problemas práticos do movimento revolucionário, e que estabelece princípios para a organização política revolucionária que me parecem atuais, conforme veremos.

Antes de avançar é bom que se tenha em conta a seguinte constatação: o partido concebido por Lenin foi o que mais influenciou as diversas gerações revolucionárias que dele fizeram as mais variadas interpretações: *reafirmando-o*, *complementando-o* ou *contestando-o* em alguns de seus aspectos. No plano prático-político, o partido leninista inspirou muitas das formulações sobre a questão da organização política que surgiram – a trotskista, a luxemburgueana¹⁹, a maoísta, a stalinista e, até mesmo, a eurocomunista, ainda que refutando-o; elas resultaram nas mais diversas consequências práticas e ideológicas. Entretanto, o tipo de partido defendido por Lenin, esteve voltado para uma realidade específica que, se não significa que ele deva ser abandonado, tampouco permite dizer que tal forma de partido sirva, *tout court*, de modelo para os dias atuais. O esforço consiste em extrair o que *permanece atual* e o que pode, portanto, ser *atualizado*, de *Que Fazer?*.

Além da indispensável *distinção entre lutas econômicas e luta política revolucionária*, certamente, têm enorme validade as distinções que faz das lutas espontâneas e das lutas revolucionárias – e a tese de que a consciência de classe não surge imediatamente das primeiras (tese que, como reconhece o próprio Lenin, já fora defendida por Kautsky) – que exigem a direção de um partido de vanguarda capaz de politizar as lutas de classes em suas várias expressões. Essa centralização política que se vê no partido de vanguarda leninista depende e varia de acordo com as condições históricas das lutas de classes, o que significa que os aspectos organizativos internos ao próprio partido devem obedecer a uma flexibilidade política, conforme as exigências políticas de cada época.

Entretanto, deve ser enaltecido em *Que Fazer?* algo que poucos salientam: Lenin maneja com impressionante facilidade o método de Marx. A riqueza categorial do texto advém de um rigor teórico capaz de extrair da superfície da realidade aquilo que sua aparência fenomênica oculta:

¹⁹ As idéias que Rosa Luxemburgo defendeu para a questão da organização política do proletariado se desenvolveram a partir das necessidades das lutas de classes na Alemanha; no entanto, a revolucionária travou intensa e fecunda polêmica com a experiência do partido bolchevique de Lenin. Boa parte de *Greve de massas, partido e sindicatos* foi escrita tendo como base teórico-histórica o processo revolucionário russo.

os elos e nexos causais do real, as engrenagens motoras de sua dinâmica, os aspectos negadores da sua imediaticidade, as múltiplas determinações que formam o concreto como unidade do diverso, ou seja, *a estrutura mesma que articula a realidade como totalidade social*.

A centralidade da questão organizacional do livro não dá lugar a nenhum esquematismo teórico. Ao contrário, Lenin trata o problema numa perspectiva dialética na qual *a organização política do proletariado se expressa como forma de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política efetiva*. Daí que a forma que o partido deverá assumir no processo das lutas de classes, bem como os variados instrumentos da luta política – como o são os inúmeros meios de propaganda revolucionária (jornais, revistas, panfletos etc.) – desdobram-se de análises que articulam dialeticamente: a estrutura de classes da Rússia czarista, a natureza do capitalismo no país, a forma do Estado e de suas instituições políticas, o papel da ideologia e as possibilidades de desenvolvimento da consciência de classe, as formas de ser do proletariado em suas diversas franjas urbanas e rurais etc.

Vê-se que no pensamento lenineano as “análises concretas de situações concretas” aparecem na identificação das classes com uma riqueza incontestável. Não há em *Que Fazer?* qualquer tipo de simplismo analítico que reduziria a estrutura de classes na Rússia a uma mera reprodução do antagonismo entre burguesia e proletariado. Surgem de suas argutas análises uma miríade de estratos de classes e subclasses sociais derivadas de setores os mais diversos da vida social russa, desde aqueles que expressam resquícios da estrutura feudal na campo e nos núcleos aristocratas remanescentes, até aquelas expressões que indicam o desenvolvimento de segmentos operários do semidesenvolvido capitalismo russo. Daí desdobram-se setores médios no campo e na cidade, frações distintas estabelecidas no Estado czarista – entre os aparatos repressivos e no interior da burocracia estatal –, uma pequena burguesia que oscila entre o conservantismo da ordem e as aspirações por mudanças e que, dadas as enormes dificuldades de se reproduzir socialmente, se vê parcialmente seduzida pelas transformações sociais pleiteadas pelos estratos mais pauperizados das classes trabalhadoras, incluindo entre elas parcelas intelectuais que também vivem a mesma oscilação.

Numa palavra: a problemática da organização aparece em *Que Fazer?* subordinada a uma densa análise teórica da situação concreta russa, pressuposta à obra e que se evidencia nela como síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso. Aí se assenta o rigor teórico-metodológico lenineano: seu método é o método das aproximações sucessivas à realidade concreta, donde se erigem interpretações, reflexões e análises concretas.

Só a partir dessa compreensão do caráter profundamente dialético e rigorosamente marxista – recorde-se da já citada expressão criada por Lukács para designar Lenin: o “operador da dialética” – é que se pode apreender o essencial de *Que Fazer?*. E o essencial, uma vez que se ocupa centralmente da problemática organizacional, está na discussão do *partido revolucionário*.

O PARTIDO EM *QUE FAZER?*

Lenin viveu – e dela foi herdeiro – a época imediatamente posterior aos processos revolucionários do século XIX na Europa que conformaram, por um lado, a afirmação da burguesia como classe dominante (e, portanto, conservadora) e, por outro, a ascensão político-organizativa do movimento operário, que se pôs pela primeira vez como sujeito político autônomo na década de 1840, especialmente a partir de 1848. Na segunda metade daquele século, manifesta-se também um novo cenário ao movimento socialista internacional diante das crises capitalistas que se intensificam a partir da década de 1870, quando se transita à era dos monopólios, das intensas repressões ao movimento operário na Europa (o caso da *Comuna de Paris* é emblemático, assim como as leis de exceção contra os socialistas na Alemanha, entre os anos de 1880 e o início da década seguinte) e do divisionismo no interior da Segunda Internacional.

Escrito entre meados de 1901 e início (fevereiro) de 1902 e publicado em março de 1902, *Que Fazer?* pretendeu introduzir uma noção de organização revolucionária que, para Lenin, se colocava como uma necessidade para o avanço das lutas proletárias. Sua grande contribuição com o *Que Fazer?* foi imprimir, mais do que qualquer outra contribuição teórica da época, um “espírito prático” ao marxismo. O livro resultou num salto

de qualidade no movimento socialista na Rússia e na Europa²⁰, uma vez que seus pressupostos “correspondiam às ‘exigências da situação histórica’, não eram fruto de uma especulação ‘genial’ e tampouco uma ousadia ‘isolada’” (FERNANDES, 1978, p. ix).

A contribuição de Lenin, como já afirmei, suplanta os marcos da Segunda Internacional. Sua apropriação, por parte do movimento socialista mundial, deu-se de modo extremamente diverso ao longo do século XX, ao sabor das interpretações de seus variados discípulos. Nas últimas décadas²¹, pelas razões sociopolíticas apontadas no item anterior, as ideias de Lenin, em particular as contidas em *Que Fazer?*, passaram a ser associadas, muitas vezes e equivocadamente, ao legado stalinista, que empreendeu práticas políticas nas quais se destacavam os *marcos* estreitos de democracia política, dada a centralização de poderes nas burocracias centrais dos partidos dirigentes únicos em diversos países do antigo “bloco socialista”, no Leste europeu e na ex-URSS, especialmente.

A melhor resposta ao antileninismo contemporâneo é o resgate das ideias centrais de sua vasta obra, incluindo *Que Fazer?*, especialmente aquelas referentes ao partido e ao movimento operário.

O período compreendido entre o momento em que escreve sua obra (1901-1902) e a Revolução Russa em 1917 envolve diversos momentos históricos. No curso dos acontecimentos que abalavam os pilares da Rússia czarista – cujos espaços políticos para o desenvolvimento de ações revolucionárias eram estreitíssimos – as ideias de Lenin variaram de acordo com as necessidades prático-políticas. Em seu livro, Lenin traça uma noção de partido na qual ele teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Por isso, o partido de Lenin tinha no seu âmago as exigências de uma estrutura rígida e altamente disciplinada.

²⁰ Inclui-se nesse quadro, o esforço político-teórico de Lenin para a criação de um jornal de cunho político-científico, o *Iskra*, e de uma revista operária chamado *Zaria* para toda a Rússia. Tais iniciativas foram objeto de intenso debate no movimento russo e em *Que Fazer?* podemos perceber o enorme empenho de Lenin em combater as tendências oportunistas que se explicitavam no conjunto dos meios de propaganda política existentes, tais como *Rabotcheie Dielo* e *Rabotchaia Mysl*. Nota-se, com isso, que o revolucionário russo foi responsável pelo estabelecimento de um nível de organização política superior até mesmo ao que existia no movimento socialista da Europa Ocidental, notadamente por ter conseguido articular o plano teórico com a prática política das massas.

²¹ A partir da crise e derrocada das experiências do chamado “socialismo real”, mais precisamente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, culminando com o fim da URSS, entre 1991 e 1992.

Essas peculiaridades do partido lenineano se devem a dois determinantes principais, quais sejam: as condições histórico-políticas da Rússia e o combate às tendências espontaneístas e demasiadamente obreiristas no seio do movimento operário.

Lenin estava preocupado em estruturar uma organização política que fosse capaz de provocar o movimento revolucionário, que conseguisse centralizar de forma disciplinada as ações políticas, como formas alternativas às tradições políticas até então vislumbradas na Europa e na Rússia, a saber: o populismo, as tendências socialistas reformistas e o terrorismo que, na Rússia, acabava por envolver diversos tipos de militantes revolucionários que lutavam contra as arbitrariedades do governo autocrático czarista. Nesse contexto, Lenin buscou ativamente uma organização política que se diferenciasse das tradições políticas acima citadas, particularmente das lutas obreiristas (meramente econômicas)²², dos limites da luta econômica. Por isso, diferenciava claramente as funções das organizações operárias daquelas referentes às organizações revolucionárias. Diz Lenin:

A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência), a organização de um partido social-democrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de *revolucionários*, pensando nos revolucionários social-democratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros. Necessariamente, tal organização não deve ser muito extensa e é preciso que seja o mais clandestina possível. (LENIN, [1902] 2010, p. 181).

Havia uma clara distinção dos objetivos (e das formas de organização) entre partido e organizações operárias (equivalentes ao que conhecemos como sindicatos). Estas se vinculam a um nível mais imediato da

²² Que para Lenin têm em comum o “culto da espontaneidade”.

luta de classes, envolvendo o conjunto de particularidades (e de interesses sociais) atuantes na luta, evidenciados nas lutas econômicas que os operários travam nas fábricas. Seu foco político de atuação limita-se à defesa de interesses particulares diversos, podendo, através de permanentes “denúncias políticas”, ser relacionados à luta política mais ampla. Essa última caberia ao partido (organizações revolucionárias) que deveria ter o papel simultâneo de promover as “denúncias políticas”, de realizar o processo constante de “educação para a atividade revolucionária” e, ainda, de provocar a agitação político-ideológica das massas em todos os aspectos da vida social, para além da “agitação política no terreno econômico”. Para Lenin, essas “denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e *fundamental* para educar a atividade revolucionária das massas” (LENIN, [1902] 2010, p. 135-136).

Somente quando o partido revolucionário é capaz de organizar “campanhas de denúncias realmente *direccionadas a todo o povo* poderá tornar-se, nos nossos dias, vanguarda das forças revolucionárias” (LENIN, [1902] 2010, p. 156). A noção de partido de vanguarda está colada àquelas funções de toda organização revolucionária, anteriormente levantadas: educação para a atividade revolucionária através de permanentes denúncias políticas em todos os aspectos da vida do povo e de promoção de agitações políticas no seio das massas. Para Lenin, o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das lutas cotidianas, sejam elas quais forem, desde que abranjam as condições de vida dos trabalhadores. Ele deve conhecer verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora, pois só assim conseguirá realizar a tarefa de dirigir a organização política, ou seja, só assim poderá vincular (realizar a mediação) a luta cotidiana com a luta política.

A noção de vanguarda é cristalina em Lenin:

Para chegar a ser, aos olhos do público, uma força política faz-se necessário trabalhar muito e com obstinação para *elevantar* o nosso nível de consciência, o nosso espírito de iniciativa e a nossa energia; para tanto, não basta colar o rótulo de “vanguarda” numa teoria e numa prática de “retaguarda”. [Para tanto] essa ampla e abrangente agitação política será realizada por um partido que articula, num todo indissolúvel, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, a sua independência

política, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que fazem levantar novas camadas do proletariado, atraindo-as incessantemente para o nosso campo!. (LENIN, [1902] 2010, p. 157).

Subjacente à noção de partido como vanguarda está a compreensão de que a classe operária pode, por si mesma, ser protagonista de lutas de classes abrangentes que, mesmo que atadas aos objetivos imediatos do proletariado, pode ampliá-los e politizá-los. Entretanto, o alçamento à condição superior de consciência de classe só pode ser obra do partido revolucionário. E ele só pode promover tal elevação de consciência a partir de duas condições: se estiver preparado teórica e politicamente para tanto, o que supõe a formação de quadros políticos capazes de instruir e educar as massas conforme as orientações programáticas emanadas dos objetivos estratégicos do partido; e se estiver – antes mesmo da deflagração do momento revolucionário para o qual deve assumir a dianteira – profundamente enraizado nas fileiras do proletariado, ou seja, se tiver feito, até então, das lutas objetivas e imediatas do proletariado as suas próprias causas, se estiver *efetivamente* identificado com ele, que enxergará em seus quadros os seus dirigentes revolucionários.

Para Lenin, a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital – por isso, a sua luta e a sua crítica radical contra toda forma de economicismo. Tampouco pode enfrentar as manobras burguesas que atuam no sentido de desmobilizá-la, valendo-se tanto dos meios abertamente repressivos, quanto daqueles de natureza manipulatória, através dos quais procura cooptar as lideranças mais combativas do operariado. Ademais, a luta operária alterna historicamente momentos de maior combatitividade e momentos mais conformistas, ao sabor das variações conjunturais que determinam as possibilidades objetivas das lutas sociais. A tarefa do partido de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, *a todo tempo*, a natureza intrinsecamente exploradora e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas pro-

vocadas pelo partido, quanto pode irromper *espontaneamente* do seio das contradições de classes engendradas na cotidianidade capitalista. O “elemento espontâneo” como o “embrião da consciência” só se põe como tal, ou seja, a consciência de classe só pode brotar das ações espontâneas, se o partido estiver preparado como organização de vanguarda da classe operária, o que significa estar em condições de *fazer de seu programa (de suas estratégias e táticas) os próprios objetivos do proletariado*. Do contrário, ou seja, *sem a atuação do partido como vanguarda, o “elemento espontâneo” não passará de “embrião da consciência”*.

Aqui se encontra a perspectiva que, aliás, Lenin herda de alguma maneira de Kautsky – para quem a consciência de classe deve ser atribuída, deve vir de fora –, de que a consciência de classe revolucionária não é algo que nasce do próprio operário ou algo que ele possa por si só alcançar; a consciência de classe, em seu mais alto nível político, só pode surgir no proletariado a partir do/e pelo partido revolucionário – o que não pode significar que é o partido quem faz a revolução: “a emancipação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores”. Não há, então, nenhuma oposição entre espontaneidade das massas e organização política revolucionária de vanguarda, precisamente porque elas se complementam, no sentido de que a partir do “elemento espontâneo”, o partido, apoiando-se sobre suas iniciativas, amplia-o, o faz ser suplantado pelo próprio proletariado organizado e consciente, aproximando-o progressivamente das questões mais decisivas da luta política revolucionária, da própria revolução como superação da ordem do capital através da destruição do poder político de classe da burguesia. Em Lenin, o partido não é nem a organização que se constitui como o pressuposto do processo revolucionário (como em Kautsky) e nem um mero resultado (ou produto) do movimento revolucionário das massas. Como observa com clareza Lukács, em Lenin “a função do partido na preparação da revolução faz dele, ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, produtor e produto, pressuposto e resultado dos movimentos revolucionários de massa”. O partido em Lenin tem um caráter profundamente histórico-social: “*ele não é, mas vem a ser*” no próprio processo revolucionário para o qual deve estar preparado para dirigir (LUKÁCS, 2012, p. 52, 57).

As questões principais do *Que Fazer?*, considerando seus determinantes históricos, assentam-se em dois pontos centrais por meio dos

quais se articulam outros aspectos relevantes do pensamento de Lenin. O primeiro ponto central, como se viu, refere-se à *relação entre a espontaneidade das massas e a consciência de classe* para a qual desenvolveu uma *crítica radical ao culto do espontâneo* e afirmou a *necessidade do conhecimento revolucionário*: “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Deve-se enfatizar que, ao mesmo tempo, reconhece-se a importância do elemento espontâneo como portador da gênese da consciência de classe: como embrião da consciência. Daí a relevância da mediação fundamental entre o elemento espontâneo e a consciência de classe feita através da organização política; a oposição e a distinção entre movimentos de orientação economicista dos movimentos de orientação social-democrata (revolucionária). A diferença principal se encontra na organização política e no conhecimento da totalidade social. Esse conhecimento revolucionário não é gerado espontaneamente nas massas. Ele vem “de fora”, trazido pela parte consciente do movimento, que se expressa na vanguarda do partido que, como tal, só pode concretizar-se *se estiver presente em todas as lutas operárias*. Para Lenin, o partido de vanguarda deve funcionar como o mediador entre a teoria revolucionária e a prática política das massas, buscando construir, a partir de objetivos estratégicos bem definidos, a *unidade ideológica* entre os diversos movimentos. Sem essa mediação não há vanguarda, que só é possível se o partido estiver envolvido em todas as lutas do proletariado. Tal partido dirigente deve ter no seu organismo “profissionais revolucionários” como facilitadores para o conjunto do proletariado, que articulem as diversas particularidades que envolvem a classe proletária.

O segundo ponto central está relacionado ao entendimento de que as lutas de classes compreendem tanto as lutas econômicas, quanto a luta política mais ampla. O que supõe a diferenciação entre modalidades de organização política do proletariado: organização operária e organização revolucionária. Lenin combate o economicismo e o obreirismo, estabelecendo a diferença principal entre os dois tipos de organização. A tarefa das organizações revolucionárias consiste na elevação da consciência de classe no âmbito das lutas econômicas. As lutas econômicas podem se elevar à luta política mais ampla, mas não perdem seu conteúdo imediato; exatamente por isso, elas não podem ser revolucionárias, já que expressam frações do proletariado e não todo o proletariado. O papel da organização revolucionária consiste

na educação política, na agitação e na promoção de denúncias políticas que explicitem o caráter de classe das variadas lutas sociais. Essa explicitação é proporcionada tanto pela realização de agitações políticas em todos os níveis da luta, quanto pela permanente educação política das massas; para tanto, Lenin ressalta a função dos meios de divulgação da teoria revolucionária através de órgãos de comunicação: *Iskra*, *Zária* etc.

Mais uma vez, vale ressaltar o contexto histórico em que *Que Fazer?* foi escrito. Mesmo que no texto se encontrem os traços principais do partido lenineano, e que, o que mais interessa considerar, tal partido foi o que de fato conduziu o processo revolucionário russo – uma vez que no *II Congresso do POSDR* (Partido Operário Social-democrata Russo), em 1903, os bolcheviques saíram vitoriosos –, deve-se ter em conta que suas características são bastante marcadas pelas vicissitudes políticas da realidade autocrática russa; elas imprimiram ao movimento revolucionário como um todo a premência de uma organização fortemente centralizada e disciplinada, orientadas para atuar em situações praticamente clandestinas e sob a ilegalidade. Foi o que o próprio Lenin chamou atenção em texto posterior, quando rebatia exatamente as críticas ao “modelo” de seu partido em 1907. A longa citação abaixo me parece necessária e esclarecedora:

O principal erro daqueles que hoje polemizam com *Que Fazer?* consiste em separarem, por completo, esse trabalho de determinadas condições históricas, de um período determinado do desenvolvimento de nosso Partido, período que já há tempos pertence ao passado. [...] *Que Fazer?* é um resumo da tática do *Iskra* e de sua política de organização em 1901 e 1902. Precisamente um resumo, nem mais, nem menos. Quem se preocupar em ler o *Iskra*, de 1901 e 1902, se convencerá disso, indubitavelmente. E quem julgar esse resumo, sem conhecer a luta do *Iskra* contra o economicismo então *predominante*, e sem compreendê-la, não fará mais que lançar palavras ao vento. O *Iskra* lutava pela organização de revolucionários profissionais; lutou com especial energia em 1901 e 1902; triunfou sobre o economicismo então predominante; criou definitivamente, em 1903, aquela organização e a manteve, apesar da cisão que se produziu mais tarde entre os ‘*iskristas*’, apesar de todas as atribulações de uma época de tempestades e violência, mantendo-a durante toda a revolução russa e conservando-a desde 1901-1902 até 1907. [...] E nenhuma organização, a não ser o *Iskra*, poderia, nas nossas condições históricas, na Rússia de 1900-1905, criar um partido operário social-democrata como o que agora está formado. O revolucionário profissional cumpriu sua missão na história do socialismo proletário

russo. E não existem forças que possam agora destruir sua obra, que ultrapassou, há tempos, o estreito marco dos “círculos” de 1902-1905; nenhuma lamentação tardia pode ser feita sobre os exageros das tarefas urgentes, por parte de quem em seu tempo somente pôde assegurar, por meio da luta que se iniciara, acertadamente, o cumprimento daquelas tarefas; e nenhuma lamentação poderá colocar em dúvida a importância do já conquistado”. [...] Tanto na brochura ‘*Que Fazer?*’ quanto no livro ‘*Um passo a frente, dois passos atrás*’, publicado depois, o leitor terá perante seus olhos a luta apaixonada, às vezes furiosa e exterminadora dos *círculos no estrangeiro*. É inegável que essa luta de círculos tem muitos aspectos negativos. [...] Somente a afluência de elementos proletários ao partido pode, ligada a uma atividade legal junto às massas, eliminar completamente todos os traços da desarticulação dos círculos isolados, vestígios herdados do passado, que não estão em consonância com as tarefas do momento atual. A passagem para uma organização democrática do partido operário, proclamado pelos bolcheviques, em novembro de 1905, no *Novaia Zhisn*, quando surgiram as condições necessárias a essa atividade legal, equivaliu, na verdade, a uma ruptura definitiva com tudo que era caduco dentro dos círculos isolados. (LENIN in MARX et al., 1978, p. 36-37, 39, 41).

Para Florestan Fernandes, o marxista russo teve e tem enorme importância para o movimento socialista mundial. Ela se ancora no seu talento teórico e na sua contribuição efetiva aos desafios prático-políticos daqueles que estão à frente de processos de organização política. A despeito de polêmicas que as ideias lenineanas desencadearam, não restam dúvidas sobre sua posição de destaque na tradição marxista. Para Fernandes, o “que Lenin fez com o marxismo só pode ser definido de uma maneira: ele converte o marxismo em processo revolucionário real” (FERNANDES, 1978, p. xi).

As ideias lenineanas foram decisivas para o sucesso do processo revolucionário russo. Posteriormente, construiu-se em torno delas, no interior da *Internacional Comunista*, um verdadeiro *leninismo* que foi, ao mesmo tempo, uma expressão prático-política do pensamento de Lenin – suas ideias postas em movimento –, como uma expressão teórica representada pelos vários seguidores de Lenin que, a partir dele, balizavam suas ideias. O bolchevismo – que representava a maioria do Partido – foi fundado por Lenin, que o reconhecia como tendência e como partido. Em 1917, na *Conferência de Abril*, o nome foi incorporado ao POSDR, tornado então partido bolchevique. Ele incorpora ideias centrais do *Que Fazer?*, como a

questão da vanguarda revolucionária e o centralismo democrático. Foi incorporado na trajetória do movimento comunista mundial por dirigentes e teóricos os mais distintos: Trotsky, Stalin, Mao Tsé-tung, que deram a ele faces diferentes. O leninismo de Stalin tornou o *marxismo-leninismo* doutrina oficial do partido bolchevique, operando mudanças significativas nas ideias de Lenin. O partido como dirigente da classe operária passa a se confundir com o Estado, que tem funções morais e políticas de “defender” a revolução de toda forma contrarrevolucionária, como superestrutura dominante que refletiria os interesses de toda a classe.

As formas de incorporação do pensamento lenineano, o desenvolvimento do leninismo, bem como a criação do marxismo-leninismo stalinista ao longo da *Internacional Comunista*, devem ser tratados como desdobramentos da enorme influência que a autoridade teórica e política de Lenin acabou exercendo por gerações seguintes a sua morte em 1924, mas, ao mesmo tempo, não podem ser confundidos com as ideias do próprio Lenin. Essa separação deve ser feita não por razões de natureza prope-dêutica. Ela é uma exigência para tratar Lenin no seu devido lugar: como um clássico do marxismo, o que é o mesmo que dizer um clássico do pensamento revolucionário.

O conjunto de sua obra, incluindo *Que Fazer?*, não é suficiente para a tarefa da revolução em nossa época. Mas sem ela, perdemos o que de melhor o pensamento marxista revolucionário foi capaz produzir no século XX.

REFERÊNCIAS

- BOFFA, G. *Depois de Korschew*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BORON, A. Atualidade do *Que Fazer?* de Lenine. *Revista Socialismo e Liberdade*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, ago. 2009.
- BRAZ, M. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- FERNANDES, F. Apresentação. In: LENIN, V. I. *Que Fazer?*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. t. 2.
- LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.

- LENIN, V. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: _____. *Três fontes*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LENIN, V. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, G. *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, [1924] 2012.
- MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MARCUSE, H. *Contrarrevolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARGEM ESQUERDA, São Paulo: Boitempo, n. 20, mar. 2013.
- MARX, K. et al. *A questão do partido*. São Paulo: Kairós, 1978.
- NETTO, J. P. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. I. *O estado e a revolução*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- NETTO, J. P. (Org.). *Lukács: sociologia*. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes Cientistas Sociais).
- NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O.; LESSA, S. (Org.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*, de Netto. 9. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.
- NETTO, J. P.; COUTINHO, C. N. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.
- PARENTI, M. *A Cruzada Anticomunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- REVISTA PRAIA VERMELHA, Rio de Janeiro: PPGSS –ESS, UFRJ, v. 2, n. 18, 2009.
- SANTOS, B. de S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia: escritos escolhidos do período 1944/1964*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.